

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

Relatório dos Auditores Independentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Diretores e Acionistas da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
Curitiba (PR)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.** (“Elejor” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2025** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.** em **31 de dezembro de 2025**, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

(i) Arredondamento de valores

Os arredondamentos das contas apresentadas nas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Sociedade. A auditoria considera que os métodos e critérios utilizados para esses arredondamentos devem estar em conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitas e as políticas contábeis adotadas pela entidade. Assim, a auditoria não expressa opinião sobre os arredondamentos realizados, focando na veracidade e razoabilidade das informações contábeis apresentadas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, práticas internacionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

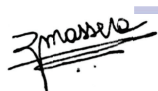
As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Sociedade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

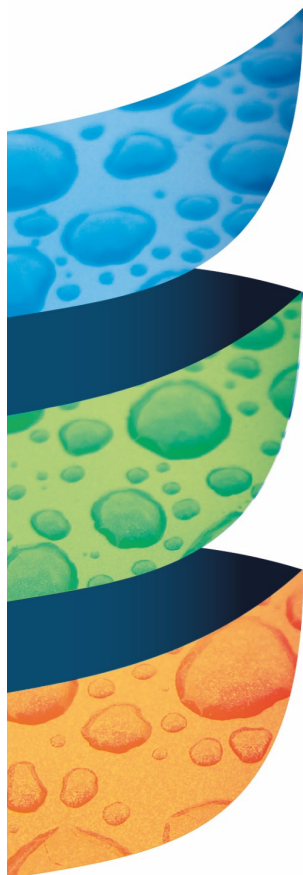
São Paulo, 23 de janeiro de 2026.



Assinado digitalmente por RICARDO MASSERA 05835215924
DN: CN=RICARDO MASSERA 05835215924,
OU=Idem-conhecimento, OU=340386080001160, OU=(
EW BRKNGO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil-RRFB, O=Receita Federal
do Brasil
Data: 23.01.2026 18:34:34 -03:00

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Ricardo Massera
Sócio – Responsável Técnico
Contador - CRC PR-066.333/0-2
CNAI 4673



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2025



SUMÁRIO

	FOLHA
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 43

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2025 e 31 dezembro de 2024
em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		115.666	124.994
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	79.782	96.279
Cauções e Depósitos Vinculados	5.1	426	803
Clientes	6	16.666	10.752
Outros Créditos	8	1.613	1.301
Tributos Compensáveis	9	9.022	10.831
Investimentos Temporários	10	5.303	3.207
Despesas pagas antecipadamente	11	2.854	1.822
NÃO CIRCULANTE		613.709	636.051
Realizável a Longo Prazo		134.978	132.356
Concessionárias e Permissionárias		1.342	-
Tributos Diferidos	12	120.726	119.551
Despesas pagas antecipadamente	11	507	-
Encargos setoriais a compensar	13	4.044	4.447
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	14	316.269	329.733
Intangível	15	162.024	173.333
Direitos de Uso de Ativo	16	438	629
TOTAL DO ATIVO		729.375	761.045

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2025 e 31 dezembro de 2024
em milhares de reais

P A S S I V O	NE nr.	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		114.520	114.106
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	420	283
Fornecedores	18	4.708	3.857
Outros Tributos e Contribuições Sociais	19	1.692	834
Encargos Setoriais a Pagar	22	1.583	1.612
Pequisa e Desenvolvimento	21	194	104
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	105.213	106.333
Passivo de Arrendamento	16	293	280
Outros passivos circulante	23	417	803
NÃO CIRCULANTE		741.661	772.860
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	724.722	755.649
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	1.935	1.222
Passivo de Arrendamentos	16	210	393
Provisão para Litígios	25	3.285	3.285
Obrig. Vinc. Conc.Serv.Publico Energ. Elétrica	26	11.509	12.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(126.806)	(125.921)
Capital Social	27	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27	3.755	2.373
Prejuízos Acumulados		(166.064)	(163.796)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		729.375	761.045

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	N.E	01.01.2025 a 31.12.2025	01.01.2024 a 31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	153.762	90.945
(-) Custos Operacionais	29	(87.153)	(94.309)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		66.609	(3.364)
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	30	(7.129)	(7.487)
Despesas Administrativas	30	(7.356)	(7.985)
Outras Receitas	30	227	497
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		59.480	(10.852)
RESULTADOS FINANCEIRO	31	(62.922)	(124.476)
Receitas financeiras	31	63.116	32.223
Despesas financeiras	31	(126.038)	(156.699)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(3.444)	(135.328)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.175	46.018
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(1.069)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		1.175	47.087
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(2.268)	(89.310)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(0,04)	(1,48)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	01.01.2025	01.01.2024
	a	a
	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(2.268)	(89.310)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	2.096	(715)
Operações com Créditos de Carbono	2.096	(715)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(713)	243
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	1.383	(472)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(885)	(89.782)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucros		
	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.503	2.844	(74.486)	(36.139)
Outros Resultados Abrangentes		(472)		(472)
Prejuízo do Exercício 2024		-	(89.310)	(89.310)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	35.503	2.372	(163.795)	(125.921)
Outros Resultados Abrangentes		1.383		1.383
Prejuízo do Exercício 2025		-	(2.268)	(2.268)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	35.503	3.755	(166.064)	(126.806)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
do exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
em milhares de reais

	NE nr.	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(2.268)	(89.310)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	14	23.110	22.596
Amortização	15	11.338	11.290
Variações monetárias não realizadas		76.593	137.385
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.175)	(46.019)
Baixas de Imobilizado		605	429
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Cauções e Depósitos Vinculados		377	
Clientes	6	(7.256)	10.405
Outros créditos	8	(312)	4.439
Tributos compensáveis	9	1.808	(614)
Despesas pagas antecipadamente	11	(1.539)	(79)
Tributos federais a restituir		-	1.301
Encargos setoriais a compensar	13	403	(4.447)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	137	7
Fornecedores	18	850	(123)
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	-	(294)
Outras Obrigações Fiscais	19	859	(321)
Pagamento de direito de uso		(236)	(246)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	31	(108.599)	(104.042)
Pesquisa e Desenvolvimento	21	89	(1.568)
Encargos Setoriais	22	(29)	(307)
Outros Passivos Circulante	23	(385)	803
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(5.630)	(58.715)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	14	(10.832)	(10.730)
Adições no intangível	15	(35)	(17)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(10.867)	(10.747)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(16.497)	(69.462)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	96.279	166.544
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	79.782	96.279
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(16.497)	(70.265)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
em milhares de reais

	NE nr.	31.12.2025	31.12.2024		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	28	170.047	99.780		
Total		170.047	99.780		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de Energia - MCP / CCEE	29	-	(10.586)		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	29	(9.071)	(7.083)		
Encargos de uso da rede eletrica	29	(25.371)	(24.832)		
Material, insumos e serviço de terceiros	29 e 30	(20.087)	(20.058)		
Outros insumos	29 e 30	(523)	(413)		
Total		(55.052)	(62.972)		
(=) Valor adicionado bruto		114.995	36.808		
(-) Depreciação e amortização					
	29 e 30	(32.594)	(32.303)		
(=) Valor adicionado líquido		82.401	4.503		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	31	63.115	32.223		
Outras Receitas	30	228	497		
Total		63.343	32.721		
Valor adicionado a distribuir		145.744	37.224		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31.12.2025	%	31.12.2024	%
Pessoal					
Remuneração e honorários		(4.662)		(4.824)	
Planos previdenciarios e assistencial		(180)		(216)	
Benefícios		(461)		(391)	
Encargos sociais - FGTS		(155)		(222)	
Total		(5.458)	(3,7)	(5.653)	(15,2)
Governo					
Federal	9 e 28	(16.338)		35.980	
Estadual	30	(7)		(8)	
Municipal	30	(34)		(29)	
Total		(16.378)	(11,2)	35.943	96,6
Terceiros					
Juros e variações monetárias	31	(126.039)		(156.699)	
Arrendamentos e aluguéis	30	(136)		(125)	
Total		(126.175)	(86,6)	(156.824)	(421,3)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		2.268		89.310	
Total		2.268	1,6	89.310	239,9
		(145.744)	(100,0)	(37.224)	(100,0)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de dezembro de 2025
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (“Companhia” ou “Elejor”), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A Companhia é controlada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, detentora de 70% de seu capital social, em conjunto com a Paineira Participações e Empreendimentos Ltda., titular dos 30% remanescentes.

A Elejor enquadra-se como sociedade de grande porte, nos termos da Lei nº 11.638/2007, e elabora suas demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Conforme deliberado na 83ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de novembro de 2024, a Companhia concluiu sua transição para o regime jurídico de direito privado, passando a adotar integralmente práticas de governança corporativa compatíveis com sociedades empresariais privadas. Tal transição não acarretou efeitos relevantes na mensuração, reconhecimento ou apresentação dos ativos, passivos e resultados da Companhia, restringindo-se aos aspectos jurídicos e de governança.

A estrutura de governança da Elejor prevê quóruns qualificados para deliberação de matérias estratégicas, assegurando equilíbrio na tomada de decisões, proteção aos interesses dos acionistas e elevados padrões de transparência e accountability na gestão dos recursos.

A Companhia tem por objeto a exploração do Complexo Energético Fundão e Santa Clara – CEFSC, localizado no Rio Jordão, sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O complexo é composto pelas seguintes usinas hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas, cujas potências instaladas e garantias físicas foram outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL:

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	66,000
UHE – Fundão	120,168	62,100
CGH - Santa Clara I e Fundão I	6,075	4,900
	246,411	133,000

A energia elétrica gerada pelo complexo é comercializada predominantemente no Ambiente de Contratação Livre – ACL ou liquidada no âmbito da Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com as regras setoriais vigentes e com os Preços de Liquidação das Diferenças – PLD.

Na condição de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a Companhia está sujeita à regulação da ANEEL, inclusive no que se refere às obrigações decorrentes do Uso do Bem Público – UBP, cujo tratamento contábil e regulatório é detalhado em nota explicativa específica.

2. CONCESSÃO

2.1. Prazos e Outorgas:

A exploração do Complexo Energético Fundão e Santa Clara – CEFSC é regida pelo Contrato de Concessão nº 125/2001-ANEEL, celebrado em 25 de outubro de 2001, com prazo original de 35 (trinta e cinco) anos, cujo vencimento estava inicialmente previsto para 25 de outubro de 2036.

Em conformidade com as disposições das Leis nº 13.203/2015 e nº 14.052/2020, a Companhia formalizou a repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF), a qual resultou na extensão dos prazos originais das outorgas como forma de compensação pelos efeitos do déficit hídrico histórico. Após a homologação dos respectivos termos aditivos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os prazos de vigência das concessões passaram a ser:

- UHE Santa Clara: vigência até 10 de maio de 2040.
- UHE Fundão: vigência até 10 de junho de 2040.

As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs Santa Clara I e Fundão I operam sob o regime de autorização, nos termos das Resoluções ANEEL nº 14.744 e nº 14.745/2023, estando, de acordo com a legislação vigente aplicável aos pequenos aproveitamentos hidrelétricos, isentas da reversibilidade de bens e do recolhimento da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE.

2.2. Encargos de Uso do Bem Público (UBP):

Como contraprestação pela outorga da concessão, a Companhia está sujeita ao pagamento mensal de encargos relativos ao Uso do Bem Público – UBP, os quais são atualizados anualmente com base no Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, conforme previsto contratualmente.

As obrigações relacionadas ao UBP são reconhecidas contabilmente como passivo financeiro e mensuradas ao custo amortizado, com ajuste a valor presente (AVP), em observância aos critérios estabelecidos pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme aplicável. O reconhecimento inicial do passivo teve como contrapartida o ativo intangível de concessão.

A atualização do passivo do UBP é apropriada mensalmente ao resultado financeiro, por meio da aplicação da taxa efetiva de juros, a qual reflete o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos associados à obrigação. O ativo intangível de

concessão correspondente é amortizado pelo método linear, ao longo do prazo remanescente das respectivas outorgas.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Embora a Companhia seja uma sociedade anônima de capital fechado, as demonstrações financeiras observam, quando aplicável, as orientações e boas práticas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em linha com o porte, a complexidade operacional e os padrões de governança adotados.

A Administração entende que as demonstrações financeiras refletem, de forma adequada e consistente, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, com base nas informações utilizadas pela Diretoria Executiva na condução de suas atividades.

3.2 Autorização para Emissão

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2026.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração avaliou os eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de 2025, e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Nessa avaliação, foi considerada, em especial, a evolução regulatória relacionada à repactuação das obrigações de Uso do Bem Público – UBP, conforme descrito em nota explicativa específica, não tendo sido identificados outros eventos subsequentes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais.

3.3 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas, em sua maior parte, com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. Os principais critérios de mensuração aplicados aos ativos e passivos relevantes são os seguintes:

Ativos financeiros: mensurados de acordo com sua classificação, ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros;

Créditos de carbono (Reduções Certificadas de Emissões – RCEs): classificados como estoques, não excedendo o valor realizável líquido, nos termos do CPC 16 – Estoques, considerando as condições de mercado e as cotações disponíveis em plataformas especializadas;

Obrigações relacionadas ao Uso do Bem Público – UBP: reconhecidas como passivo financeiro e mensuradas ao custo amortizado, com ajuste a valor presente (AVP), mediante a aplicação do método da taxa efetiva de juros, conforme os critérios do CPC 48, refletindo o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos associados à obrigação.

3.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), determinada com base no ambiente econômico primário no qual a Elejor opera, em conformidade com o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3.5 Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas adotadas são baseadas nas melhores informações disponíveis e em expectativas consideradas razoáveis na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os principais julgamentos e estimativas com maior grau de subjetividade e impacto nas demonstrações financeiras foram:

Recuperabilidade de ativos (impairment): avaliação da capacidade de geração de fluxos de caixa futuros descontados para suportar o valor contábil dos ativos de concessão, conforme descrito nas Notas 14 e 15;

Mensuração das obrigações relacionadas ao Uso do Bem Público – UBP: definição das premissas de inflação, notadamente o IGP-M, e da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo, conforme Nota 20;

Provisões e contingências: avaliação da probabilidade de saída de recursos econômicos para fazer face a processos de natureza cível, fiscal e regulatória, conforme Nota 25.1;

Mensuração dos créditos de carbono (RCEs): avaliação da realização dos estoques com base em cotações de mercado, condições de negociação e características específicas dos ativos ambientais, conforme Nota 27.2.

3.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando seu desempenho operacional e financeiro, o contexto regulatório aplicável e as perspectivas futuras do negócio. Essa avaliação levou em conta, entre outros fatores, o sólido desempenho operacional observado no exercício de 2025, caracterizado pelo aumento expressivo da Receita Operacional Líquida e pela geração de EBITDA positivo, bem como a gestão eficiente do capital de giro.

Adicionalmente, a Administração considerou o cenário regulatório favorável decorrente da promulgação da Lei nº 15.235/2025, que estabelece diretrizes para a repactuação das obrigações relacionadas ao Uso do Bem Público – UBP, com potencial de redução relevante do saldo devedor e de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais medidas mitigam riscos históricos que poderiam, em cenários adversos, impactar a liquidez e a solvência da Companhia.

Com base nessa avaliação, que abrangeu o período mínimo de doze meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não existem incertezas relevantes que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de a Companhia continuar operando no curso normal de seus negócios. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica e mensura seus instrumentos financeiros conforme os critérios do CPC 48 (IFRS 9), baseando-se no modelo de negócios para a gestão dos ativos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A Companhia não opera com instrumentos derivativos ou para fins especulativos.

4.1.1. Ativos Financeiros

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): Inclui caixa, saldos em contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. As variações no valor justo desses ativos são reconhecidas diretamente no resultado financeiro.

Custo Amortizado: Compreende contas a receber de clientes e outros créditos. São mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Categoria aplicada aos Créditos de Carbono (RCEs). Em razão da existência de mercado ativo e da estratégia de realização a médio prazo, esses ativos são remensurados ao valor justo em cada data de balanço. As variações são registradas no Patrimônio Líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial) e reclassificadas para o resultado do exercício no momento da sua efetiva alienação (baixa).

4.1.2. Passivos Financeiros são classificados como Custo Amortizado e compreendem fornecedores e as obrigações vinculadas à concessão (UBP). São mensurados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O passivo de UBP é adicionalmente sujeito ao Ajuste a Valor Presente (AVP), utilizando-se taxas que refletem o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação.

4.1.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros (Impairment) A Companhia aplica o modelo de perda de crédito esperada para ativos mensurados ao custo amortizado. Para contas a receber de clientes, é utilizada a abordagem simplificada, reconhecendo a perda esperada para toda a vida do título desde o reconhecimento inicial.

4.2 Contas a pagar vinculadas à concessão

A obrigação financeira pela outorga onerosa do potencial de energia hidráulica, formalizada no Contrato de Concessão nº 125/2001-ANEEL, é reconhecida no passivo sob a rubrica Contas a Pagar Vinculadas à Concessão.

4.2.1. Reconhecimento e Mensuração Inicial: O passivo foi mensurado inicialmente pelo valor presente dos desembolsos futuros projetados até o término do prazo original da concessão, utilizando-se uma taxa de desconto que reflete o custo de oportunidade e os riscos específicos do ativo na data de reconhecimento. A contrapartida foi registrada como Ativo Intangível de Concessão, o qual é amortizado linearmente pelo prazo remanescente da outorga.

4.2.2. Mensuração Subsequente: Após o reconhecimento inicial, o passivo é mensurado pelo custo amortizado, sujeito aos seguintes ajustes mensais reconhecidos no resultado financeiro:

Atualização Monetária: Reflete a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), conforme previsão contratual;

Encargos Financeiros (Juros): Apropriação dos juros calculados com base na taxa efetiva de desconto definida no reconhecimento inicial, representando a reversão do ajuste a valor presente (AVP) ao longo do tempo.

4.2.3. Julgamentos sobre Repactuação: A Administração monitora continuamente as condições legais e regulatórias que possam ensejar a revisão desta obrigação. Em particular, os impactos da Lei nº 15.235/2025, que autoriza a repactuação das parcelas vincendas, são avaliados sob a ótica de modificação de passivo financeiro, conforme detalhado na Nota 34.

4.3 Estoque e Ativos Destinados à Negociação

4.3.1. Materiais em Almoxarifado: Compreendem sobressalentes e materiais destinados à manutenção das Unidades Geradoras e infraestrutura do CEFSC. São mensurados pelo custo médio de aquisição, o qual não excede o seu valor líquido de realização.

4.3.2. Créditos de Carbono (RCEs): As Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), provenientes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), são classificadas como ativos destinados à negociação em mercado ativo.

Mensuração: Em conformidade com o CPC 46 (Mensuração do Valor Justo), são avaliadas pelo seu valor justo com base em cotações de mercado na data do balanço.

Reconhecimento: As variações decorrentes da marcação a mercado são registradas inicialmente em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial).

Realização: No momento da efetiva alienação (venda), os ganhos ou perdas acumuladas são reclassificados da reserva de avaliação patrimonial diretamente para o resultado do exercício.

4.4 Imobilizado e Intangível de Concessão

4.4.1. Reconhecimento e Mensuração: Os ativos vinculados ao CEFSC são mensurados pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, líquidos de depreciação/amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis.

4.4.2. Ativo Intangível (Direito de Exploração): Em conformidade com o OCPC 05 e IFRIC 12, a infraestrutura das UHEs Fundão e Santa Clara é classificada como ativo intangível, representando o direito de operar a concessão. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) da ANEEL, limitadas ao prazo remanescente das outorgas (2040).

4.4.3. Ativo Imobilizado: A Companhia reconhece que a maior parte dos bens vinculados ao CEFSC possui natureza reversível, devendo ser transferida à União ao término da concessão (2040). Em contrapartida, os ativos vinculados às CGHs, por operarem sob regime de autorização (Resoluções ANEEL nº 14.744 e 14.745/2023), e os bens administrativos de uso geral, são não reversíveis e permanecerão no patrimônio da Elejor, mesmo após o fim das outorgas.

A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as taxas fixadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) da ANEEL, que refletem a vida útil técnica estimada para cada categoria de bem. Para os bens de natureza reversível (vinculados à concessão), o prazo de depreciação é limitado ao período remanescente da outorga (2040). Dessa forma, caso a vida útil técnica do bem seja superior ao prazo final da concessão, a taxa é acelerada para garantir que o valor contábil seja integralmente baixado até o término do contrato, visto que não há previsão de indenização pelos ativos remanescentes. Os ativos vinculados às CGHs e bens administrativos seguem estritamente sua vida útil econômica, sem a limitação do prazo de concessão do complexo principal.

4.4.4. Redução ao Valor Recuperável (Impairment): A Administração avalia anualmente se há indícios de que o valor contábil dos ativos não financeiros excede seu valor recuperável. Este é definido como o maior valor entre o preço de venda e o valor em uso.

Para o CEFSC, o valor em uso é calculado pelo fluxo de caixa descontado, projetado até o término das concessões (2040). As premissas consideram a garantia física, preços contratuais, estimativas de PLD e taxas de desconto que refletem o custo de capital e os riscos do setor elétrico brasileiro. Caso o valor contábil supere o recuperável, uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5 Imposto de Renda e Contribuição Social (Tributos Diferidos)

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são apuradas com base no lucro real, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente. As alíquotas nominais aplicáveis são de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

O imposto sobre o lucro compreende os tributos correntes e os tributos diferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

4.5.1. Tributos Correntes: os tributos correntes representam a obrigação estimada de IRPJ e CSLL sobre o lucro tributável do período, calculada com base na legislação fiscal vigente à data do balanço.

Quando aplicável, a Companhia utiliza a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de exercícios anteriores, observando-se o limite legal de 30% do lucro tributável para cada período de apuração, conforme previsto na legislação tributária brasileira.

4.5.2. Tributos Diferidos: os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as respectivas bases fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados, utilizando-se as alíquotas de tributos que se espera estejam em vigor quando da realização do ativo ou liquidação do passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido somente na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir a utilização das diferenças temporárias dedutíveis, dos prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL, com base em projeções econômicas e financeiras consistentes, aprovadas pela Administração.

4.6 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

4.6.1 Provisões: Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e cujo montante possa ser estimado com confiabilidade. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos esperados, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros conforme a natureza da obrigação. Os encargos decorrentes dessa atualização são classificados como resultado financeiro.

4.6.2 Passivos Contingentes (Perda Possível): Os passivos contingentes cujas perdas são avaliadas como possíveis pelos assessores jurídicos não são provisionados, mas

são objeto de divulgação em nota explicativa (Nota 25). Aqueles cuja probabilidade de perda é remota não são provisionados nem divulgados.

4.6.3. Ativos Contingentes (Ganhos Prováveis): Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados que criam a possibilidade de entrada de benefícios econômicos. São divulgados quando a entrada de benefícios é avaliada como provável.

Somente são reconhecidos no Balanço Patrimonial quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, como no caso de decisões judiciais transitadas em julgado ou homologações regulatórias definitivas.

4.7 Receita de Contratos com Clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho mediante a transferência da energia elétrica ao cliente, em conformidade com o modelo de cinco etapas do CPC 47 (IFRS 15).

4.7.1. Fornecimento de Energia (Ambiente Contratado): As receitas provenientes de contratos de longo prazo no Ambiente de Contratação Livre (ACL) são reconhecidas mensalmente. A obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, à medida que a energia é disponibilizada. A receita é mensurada pelo valor da contraprestação fixada em contrato, líquida de impostos e encargos setoriais incidentes.

4.7.2. Liquidação na CCEE e Estimativas (Accrual): A energia excedente ou as diferenças de balanço energético são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Reconhecimento por Estimativa: Devido ao descasamento temporal entre a entrega da energia e a divulgação do Sumário de Operações pela CCEE, a Administração estima a receita do período (accrual) com base nos dados de medição interna e no PLD vigente, ajustando eventuais diferenças no mês subsequente, quando da liquidação oficial.

4.7.3. Deduções da Receita Bruta: A Receita Operacional Líquida (ROL) é obtida pela dedução dos impostos e encargos incidentes sobre a Receita Bruta. Na Companhia, essas deduções compreendem as contribuições para o PIS e a COFINS, bem como a reserva para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Este último representa uma obrigação legal de investimento em inovação tecnológica, calculada conforme as normas do setor elétrico e orientações da ANEEL, tendo como base de cálculo a própria ROL do exercício.

4.8 Receita de Juros

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, conforme preconiza o CPC 48.

4.8.1. Rendimentos de Aplicações Financeiras: Compreendem os juros e variações monetárias auferidos sobre as disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata. O reconhecimento ocorre diariamente à medida que os juros são incorridos,

com base nas taxas contratadas (geralmente indexadas ao CDI), desde que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia.

4.8.2. Juros e Encargos sobre Clientes: Refletem as receitas provenientes de multas e juros de mora aplicados sobre faturas de energia liquidadas após o vencimento no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Essas receitas são reconhecidas somente quando a mensuração do valor for confiável e sua recuperabilidade for considerada provável pela Administração.

4.8.3. Outras Receitas Financeiras: Incluem eventuais variações monetárias ativas sobre depósitos judiciais e outros créditos, apuradas com base nos índices oficiais previstos em lei ou contrato.

4.9 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As operações de compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), são reconhecidas pelo regime de competência.

4.9.1. Apuração do Resultado Líquido: O resultado operacional decorrente dessas transações é determinado pelo confronto entre:

Lastró de Energia: Geração real das usinas, ajustada pelo Fator de Rateio de Perdas e pelo Risco Hidrológico (Fator GSF); e

Posição Contratual: Montante de energia comprometido em contratos de venda (ACL) registrados na CCEE.

A diferença (excesso ou déficit) é valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) horário, sendo reconhecida como receita ou despesa operacional conforme a posição líquida da Companhia no período.

4.9.2. Uso de Estimativas de Liquidação: Em razão do ciclo de contabilização da CCEE, caso os dados oficiais de liquidação não estejam disponíveis na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Administração utiliza estimativas fundamentadas. Essas estimativas consideram os dados de telemetria (medição de geração), o histórico de processamento do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e o PLD horário publicado pela CCEE. Eventuais diferenças entre as estimativas e a liquidação efetiva são ajustadas prospectivamente no mês do recebimento do Sumário de Operações.

4.10 Benefícios Pós-emprego

A Companhia adota as práticas de reconhecimento e mensuração de benefícios a empregados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19.

4.10.1. Plano de Previdência Complementar (Plano III): O Plano III, administrado pela Fundação Copel, é classificado como de Contribuição Variável (CV).

Política Contábil: Para fins de demonstrações financeiras, a Companhia trata o plano sob a premissa de Benefício Definido, uma vez que, conforme regulamento, a

patrocinadora compartilha os riscos atuariais e a responsabilidade por eventuais déficits no custeio dos benefícios.

Mensuração: O passivo (ou ativo) atuarial é calculado anualmente por atuários independentes, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. O custo do serviço é reconhecido no resultado, enquanto ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros componentes do resultado abrangente.

4.10.2. Plano de Assistência à Saúde (PROSAÚDE III): O plano de saúde é operado sob a modalidade de autogestão multipatrocinada, com custeio compartilhado entre a Elejor e seus empregados ativos.

Política Contábil: A Companhia reconhece as contribuições ao plano de saúde como despesa de pessoal pelo regime de competência.

Ausência de Obrigação Pós-Emprego: Conforme o Regulamento do PROSAÚDE III, a elegibilidade ao benefício após o vínculo empregatício depende do pagamento integral das contribuições pelo ex-empregado (autocusteio). Dessa forma, a Administração entende que a Companhia não possui obrigações atuariais remanescentes de assistência à saúde após o desligamento do colaborador, não havendo necessidade de constituição de provisões para benefícios pós-emprego desta natureza.

4.10.3. Premissas e Avaliações: Anualmente, as obrigações e o valor justo dos ativos dos planos são revisados com o apoio da consultoria especializada Assistants, assegurando que o Balanço Patrimonial reflita a real situação atuarial da patrocinadora frente aos seus compromissos previdenciários.

4.11 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é, ou contém, um arrendamento no momento de sua celebração, aplicando os critérios do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

4.11.1. Reconhecimento Inicial:

Na data de início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Passivo: Mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa de juros implícita no contrato ou, caso não seja prontamente determinável, pela taxa incremental sobre empréstimos da Companhia.

Ativo: O montante inicial corresponde ao valor do passivo, ajustado por pagamentos efetuados antes da data de início e custos diretos iniciais.

4.11.2. Mensuração Subsequente

Ativos de Direito de Uso: São depreciados pelo método linear ao longo do prazo do contrato. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado operacional.

Passivo de Arrendamento: O saldo devedor é atualizado mensalmente pela taxa de juros efetiva, reconhecida como despesa financeira, e reduzido pelos pagamentos realizados. O passivo é remensurado sempre que houver alteração nos fluxos de pagamentos decorrentes de mudanças em índices de preços (ex: IPCA/IGP-M).

4.11.3. Práticas de Simplificação (Isenções) A Companhia aplica as isenções permitidas pela norma para:

Arrendamentos de curto prazo (prazo igual ou inferior a 12 meses);
Arrendamentos de ativos de baixo valor (ex: equipamentos de TI e mobiliário). Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como despesa operacional de forma linear ao longo do período do contrato.

4.12 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em conformidade com o CPC 09, com o objetivo de mensurar a riqueza gerada durante o exercício e evidenciar sua distribuição entre os principais grupos de interesse.

4.12.1. Formação do Valor Adicionado

O valor adicionado bruto é composto pelas receitas de venda de energia, ajustadas pelas variações de estoques e insumos adquiridos de terceiros (custos de operação e manutenção). O valor adicionado líquido é obtido após a dedução da depreciação e amortização do exercício.

4.12.2. Distribuição da Riqueza

A distribuição do valor adicionado total é segregada nas seguintes categorias:

Pessoal: Remuneração direta, encargos sociais, benefícios (incluindo obrigações com Previdência e Saúde conforme CPC 33) e FGTS;

Impostos, Taxas e Contribuições: Tributos nas esferas federal, estadual e municipal, além dos encargos setoriais regulatórios;

Remuneração de Capitais de Terceiros: Despesas financeiras, juros e variações monetárias. Inclui a atualização e a descapitalização do passivo de concessão (UBP) e juros sobre arrendamentos;

Remuneração de Capitais Próprios: Lucro líquido do exercício, subdividido em dividendos propostos e lucros retidos para reservas.

4.12.3. Conformidade Normativa

Conforme exigido pela legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76), a DVA é apresentada como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Para fins de reporte em normas internacionais (IFRS), esta demonstração é considerada uma informação financeira suplementar, visto que não é exigida pelo IASB.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos contas movimento		21	19
Aplicações financeiras de curto prazo		79.761	96.260
		79.782	96.279

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata (prazo de resgate original igual ou inferior a 90 dias), com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB), mantidos em instituições financeiras nacionais de primeira linha, remunerados em 99,7% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os rendimentos auferidos são reconhecidos mensalmente no resultado financeiro da Companhia.

5.1 Cauções e Depósitos Vinculados

	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal – Poupança		426	803
		426	803

Compreende depósitos mantidos na Caixa Econômica Federal vinculados a garantias contratuais de suprimento e venda de energia. Estes recursos possuem restrição de movimentação por parte da Companhia, permanecendo vinculados à vigência das obrigações contratuais assumidas perante clientes.

Os saldos são atualizados pelos rendimentos oficiais da caderneta de poupança. A redução observada no exercício de 2025 (de R\$ 803 mil para R\$ 426 mil) reflete a liberação de garantias em função do encerramento de ciclos contratuais ou da substituição por outras modalidades de garantia pelas contrapartes.

6. CLIENTES

Cientes	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31/12/25	Saldo 31/12/24
Suprimento – Mercado Livre	15.145	-	-	15.145	9.888
CCEE	1.521	-	-	1.521	864
	16.666	-	-	16.666	10.752

Os saldos de contas a receber de clientes estão mensurados pelo valor nominal das faturas emitidas e, no caso da CCEE, o montante é composto pelos valores homologados em sumários de períodos anteriores e pela estimativa de liquidação referente ao mês de encerramento do exercício. Esta estimativa é calculada com base na geração de energia efetiva e no Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) vigente, dada a inexistência do Sumário oficial de liquidação à data de reporte.

7. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.507	2.507

<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.378	2.258
Copel Geração e Transmissão S.A.	168	164
<u>Resultado</u>	31/12/2025	31/12/2024
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(25.371)	(20.159)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(1.115)	(797)

Ativos com Acionistas: Os saldos registrados no Ativo Não Circulante junto à Copel (R\$ 5.851) e Paineira Participações (R\$ 2.507) referem-se a distribuições de dividendos intermediários efetuadas em 2020, com base em lucros apurados em balanço intermediário, conforme permitido pelo Artigo 204 da Lei nº 6.404/76 e pelo Estatuto Social da Companhia.

Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): Refere-se aos encargos de conexão e uso das redes da Copel Distribuição S.A., fundamentais para o escoamento da energia gerada pelas usinas da Companhia, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

Serviços de Planejamento: Refere-se ao suporte técnico operacional prestado pela Copel Geração e Transmissão S.A. no âmbito da gestão do parque gerador.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das operações, em condições e preços estabelecidos em contratos específicos, considerando termos de mercado ou, no caso do setor elétrico, tarifas reguladas pela agência setorial.

8. OUTROS CRÉDITOS

Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado de manutenção e operação	1.591	1.299
Adiantamento a fornecedores	22	2
	1.613	1.301

Os saldos deste grupo representam recursos aplicados em itens de suporte operacional e adiantamentos contratuais, compostos da seguinte forma:

Almoxarifado de Manutenção e Operação: Refere-se ao estoque de materiais sobressalentes, componentes e insumos destinados exclusivamente à manutenção e operação das infraestruturas do complexo gerador. Estes itens são mensurados pelo custo médio de aquisição, o qual não excede o seu valor líquido de realização. O saldo é periodicamente revisado para identificação de itens obsoletos ou de lenta

movimentação, não tendo sido identificada a necessidade de provisão para perdas neste exercício.

Adiantamento a Fornecedores: Refere-se a desembolsos efetuados antecipadamente a prestadores de serviços ou fornecedores de materiais, cujos bens ou serviços ainda não foram integralmente entregues à Companhia. O saldo é baixado e transferido para a respectiva conta de custo, despesa ou ativo imobilizado conforme a efetiva entrega do objeto contratual (regime de competência).

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Descrição	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Pago por Estimativa		1.467	1.827
Contribuição Social Pago por Estimativa		1.035	2.041
Imposto de Renda retido na fonte		6.520	6.963
Ativos compensáveis		9.022	10.831

Os saldos de tributos compensáveis são compostos por antecipações e retenções de impostos federais, registrados pelo valor original acrescido das atualizações monetárias (Selic), quando aplicáveis, e estão assim detalhados:

Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) por Estimativa: Referem-se aos pagamentos mensais efetuados pela Companhia com base em estimativas de lucro, os quais serão confrontados com o imposto apurado no ajuste anual.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): Refere-se a retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras e outros serviços, passíveis de compensação com tributos de mesma natureza devidos pela Companhia.

9.1. Recuperabilidade e Realização A recuperação desses ativos ocorre por meio da compensação direta com débitos tributários federais (como PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) ou via pedido de restituição (PER/DCOMP), observando-se o prazo prescricional de cinco anos previsto na legislação tributária.

10. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2024 (+)	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	518.270	3.207
31/12/2025 (-)	Vendas de Certificados RCEs Jan a Dez 2025	(36.185)	
	(=) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	482.085	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 2,00		
	Cotação - Dólar R\$ 5,5024		
	Custo Unitário R\$ 11,00		
Saldo Final Ajustado - AVJ			5.303

Os investimentos temporários referem-se às Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) de gases de efeito estufa, geradas pelo Complexo Energético Fundão Santa Clara (Projeto MDL nº 1279).

10.1. Natureza e Mensuração: A Companhia classifica RCEs como ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). O saldo em 31 de dezembro de 2025 é composto por 482.085 toneladas de RCEs (2024: 518.270 toneladas).

Base de Avaliação: O valor justo foi apurado com base na cotação de mercado de US\$ 2,00 por tonelada e convertida pela taxa de câmbio de fechamento de R\$ 5,5024/US\$ 1,00.

Ajuste ao Valor Justo: O impacto da variação no preço da tonelada e da taxa de câmbio entre os exercícios foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira líquida, conforme a natureza da oscilação.

10.2. Movimentação do Exercício: Durante o exercício de 2025, houve a alienação de 36.185 toneladas de créditos.

Baixa do Ativo: A baixa foi realizada pelo valor contábil proporcional.

Resultado da Alienação: A diferença entre o preço de venda e o valor contábil dos ativos baixados foi reconhecida na rubrica de "Outras Receitas/Despesas Operacionais", conforme os termos de realização do ativo.

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Descrição	SalDOS em	31/12/2025	31/12/2024
Seguro das usinas - Curto Prazo		2.852	1.821
Seguro das usinas - Longo Prazo		507	-
Seguro sede administrativa		2	1
Subtotal		3.361	1822

As despesas pagas antecipadamente referem-se aos prêmios de seguros contratados para a cobertura dos ativos e das operações da Companhia.

11.1. Composição e Apropriação Os saldos são apropriados mensalmente ao resultado pelo método linear, em observância ao regime de competência e ao período de vigência das apólices. O incremento no saldo em 31 de dezembro de 2025 decorre, substancialmente, da contratação de apólice plurianual de Riscos Operacionais.

Circulante: Parcela a ser apropriada no exercício de 2026.

Não Circulante: Parcela relativa aos prêmios com vigência superior a 12 meses (exercício de 2027).

11.2. Cobertura de Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de riscos. As principais apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão assim estruturadas:

Riscos Operacionais (Sompo Seguros): Cobre danos materiais e lucros cessantes incidentes sobre o Complexo Energético Fundão Santa Clara. A apólice possui vigência até 06 de março de 2027, com um Limite Máximo de Garantia (LMG) de R\$ 364.031 mil.

Empresarial - Sede Administrativa (HDI Seguros): Cobre danos ao imóvel e conteúdo da sede administrativa em Curitiba, com vigência até 16 de maio de 2026 e importância segurada de R\$ 1.500 mil.

A Administração considera que os limites de garantia contratados são suficientes para a cobertura de eventuais sinistros e para assegurar a continuidade operacional da Companhia.

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

Mutação do diferido	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/2025
(+) Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	102.987	2.244	-	105.231
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	16.564	(1.069)	-	15.495
	119.551	1.175	-	120.726
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	1.222		713	1.935
	1.222	-	713	1.935
(=) Líquido apresentado no Balanço	118.329	1.175	713	118.791

O reconhecimento de ativos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL baseia-se na premissa de que a Companhia gerará lucros tributáveis suficientes no futuro para absorver tais créditos, limitada à trava legal de 30% do lucro real anual.

As projeções de lucros futuros são revistas anualmente e levam em conta:

- A capacidade de geração de caixa operacional das usinas;
- A estabilidade dos contratos de venda de energia;
- O encerramento de encargos financeiros que impactaram os resultados passados.

13. ENCARGOS SETORIAIS A COMPENSAR

Encargos Setoriais a Compensar	Saldo em	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento		4.044	4.447
		4.044	4.447

A Companhia finalizou a execução do projeto estratégico de Fonte Solar Flutuante "Cabeça de Série", cujos investimentos em equipamentos (placas solares e infraestrutura) foram realizados com recursos próprios. O saldo de R\$ 4.044 mil representa o excedente de investimento que será compensado contra obrigações futuras de recolhimento de encargos de P&D, conforme as normas regulatórias da ANEEL. A redução do saldo no exercício de 2025 reflete a amortização do crédito face às obrigações do período.

14. IMOBILIZADO

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação ao longo do prazo de concessão.

Imobilizado por Classe de Ativo	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2025
<u>Em serviço</u>			
Reservatórios, barragens, adutoras	355.388	(198.245)	157.143
Máquinas e equipamentos	212.140	(128.385)	83.755
Edificações	77.168	(38.842)	38.326
Terrenos	33.422	(10.513)	22.909
Móveis e utensílios	887	(789)	98
	679.005	(376.774)	302.231
<u>Em curso</u>			
Máquinas e equipamentos	14.038	-	14.038
	14.038	-	14.038
	693.043	(376.774)	316.269

Mutação do Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Aquis.	Depreciação	Baixas	Reclas.	Saldo em 31/12/2025
<u>Em serviço</u>						
Reservatórios, barragens, adutoras	168.955	-	(11.812)	-	-	157.143
Máquinas e equipamentos	91.391	205	(7.243)	(605)	7	83.755
Edificações	41.075	-	(2.749)	-	-	38.326
Terrenos	24.205	581	(1.877)	-	-	22.909
Móveis e utensílios	114	-	(16)	-	-	98
	325.740	786	(23.697)	(605)	7	302.231
<u>Em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	3.993	10.045	-	-	-	14.038
	3.993	10.045	-	-	-	14.038
	329.733	10.831	(23.697)	(605)	7	316.269

O Imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, se aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment). A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas estabelecidas pela ANEEL no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), as quais são compatíveis com a vida útil estimada dos ativos e o prazo remanescente da concessão.

Em 2025, a Companhia investiu R\$ 10.831 mil, com destaque para as Obras em Curso (R\$ 10.045 mil), voltadas para a modernização do sistema de automação, modernização das UG, reparo dos transformadores e início da modernização dos geradores “retrofit”.

A Administração revisa anualmente as estimativas de vida útil dos ativos. Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fluxos de caixa projetados e na continuidade operacional das usinas Fundão e Santa Clara, não foram identificados indicadores

que justificassem a necessidade de provisão para perdas por desvalorização (impairment).

15. INTANGÍVEL

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:

Intangível por Classe de Ativo	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2025
Em serviço			
Contrato de Concessão de Geração	327.366	(179.925)	147.441
<i>Contrato de Concessão</i>	263.920	(165.447)	98.473
<i>Extensões do Contrato de Concessão</i>	63.446	(14.478)	48.968
Outros intangíveis			
Repactuação Acordo GSF	17.920	(5.802)	12.118
<i>Repactuação Acordo GSF - Lei 13203/2015</i>	8.273	(3.610)	4.663
<i>Repactuação Acordo GSF - Lei 14052/2020</i>	9.647	(2.192)	7.455
Servidões	2.790	(1.097)	1.693
Softwares	193	(90)	103
Créditos de Carbono - RCEs	720	(51)	669
	348.989	(186.965)	162.024

Mutação do Intangível	Saldo em 31/12/2024	Aquis.	Depreciação	Reclas.	Saldo em 31/12/2025
Em serviço					
Contrato de Concessão de Geração	157.717	-	(10.269)	(7)	147.441
<i>Contrato de Concessão</i>	105.342	-	(6.862)	(7)	98.473
<i>Extensões do Contrato de Concessão</i>	52.374	-	(3.407)	-	48.967
Outros intangíveis					
Repactuação Acordo GSF	12.961	-	(843)	-	12.118
<i>Repactuação Acordo GSF - Lei 13203/2015</i>	4.987	-	(324)	-	4.663
<i>Repactuação Acordo GSF - Lei 14052/2020</i>	7.974	-	(519)	-	7.455
Servidões	1.847	-	(154)	-	1.693
Softwares	92	35	(24)	-	103
Créditos de Carbono - RCEs	716	-	(47)	-	669
	173.333	35	(11.337)	(7)	162.024

O ativo intangível compreende o direito de exploração das Unidades Hidrelétricas (UHEs), conforme o Contrato de Concessão nº 125/2001. Este ativo é registrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada.

O saldo registrado nesta rubrica compreende direitos estratégicos, ativos ambientais e permissões legais, segregados conforme sua natureza e finalidade:

Direito de Extensão das Outorgas (GSF): Representa a contrapartida da Repactuação do Risco Hidrológico (Leis nº 13.203/15 e nº 14.052/20). O ativo foi mensurado com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Livre (FCL) projetado para o período de

extensão da outorga, reconhecido como uma indenização pelos impactos financeiros históricos do GSF. Este direito assegura a continuidade operacional da Companhia até 2040.

Servidões de Passagem e Ambientais: Compreendem os gastos com a aquisição de direitos reais de uso para a implantação e operação das linhas de transmissão, bem como as compensações destinadas a áreas de preservação e conservação florestal. Estes ativos são essenciais para a manutenção da licença de operação e são amortizados linearmente pelo prazo remanescente da concessão.

Créditos de Carbono (RCEs): Referem-se às Reduções Certificadas de Emissão geradas pela matriz renovável do Complexo Energético Fundação Santa Clara. São mantidos para negociação estratégica ou para o cumprimento de metas de sustentabilidade (ESG).

Amortização e Recuperabilidade Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente com base no período de utilidade econômica ou no prazo remanescente da outorga, o que for menor. A Administração avalia anualmente os indicadores de recuperação destes ativos (impairment), assegurando que os fluxos de caixa operacionais suportam os valores contábeis registrados.

16. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

16.1 Direito de Uso de Ativo

Mutação	31/12/2024	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2025
<u>Em serviço</u>					
Imóveis	629	24	(215)	-	438
	629	24	(215)	-	438

16.1 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2024	280	393	673
Correções e Mensurações Subsequentes	13	11	24
Pagamentos	(257)		(257)
Transferências	257	(152)	105
Ajuste a valor presente		(42)	(42)
31/12/2025	293	210	503

Realização do Passivo de Arrendamento

2026	269
2027	247
Valores não descontados	516
Juros embutidos	(13)
Saldo do passivo de arrendamento	503

A Companhia possui contrato de arrendamento mercantil referente à sua sede administrativa localizada em Curitiba/PR. Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar pagamentos futuros.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental estimada em 7,52% a.a. O direito de uso é amortizado linearmente pelo prazo de vigência do contrato, que se encerra em novembro de 2027.

Durante o exercício de 2025, a Companhia reconheceu despesas de amortização do direito de uso no montante de R\$ 215 mil e despesas financeiras (juros sobre arrendamento) no montante de R\$ 13 mil.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Tributos retidos na fonte		115	108
Provisão de férias e 13º salário		305	175
		420	283

As obrigações sociais e trabalhistas são reconhecidas mensalmente pelo regime de competência. O saldo de tributos retidos compreende as obrigações com a seguridade social e retenções de imposto de renda sobre a folha de pagamento e honorários da administração.

18. FORNECEDORES

	Vincendos até 30 dias	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldo 31/12/2025	Saldo 31/12/2024
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.378	-	-	2.378	2.258
Materiais e Serviços - Copel GET	168	-	-	168	164
Materiais e Serviços	2.162	-	-	2.162	1.435
	4.708	-	-	4.708	3.857

Os saldos de fornecedores referem-se principalmente a encargos de conexão e uso dos sistemas de distribuição, além de contratos de manutenção preventiva e corretiva das usinas. As obrigações são mensuradas pelo valor nominal das faturas, que correspondem ao valor justo na data de liquidação, dado o curto prazo de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldos vencidos, refletindo a política de gestão de tesouraria de liquidação das obrigações nos respectivos prazos contratuais.

19. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
PIS e Cofins		1.050	418
Tributos retidos na fonte		539	178
Previdência Social INSS		85	223

FGTS	18	15
	1.692	834

Os saldos de tributos e contribuições sociais referem-se às obrigações incidentes sobre a folha de pagamento, contratação de serviços de terceiros e sobre o faturamento da Companhia, assim compostos:

19.1. PIS e COFINS: A Companhia apura as contribuições para o PIS e a COFINS sob regimes distintos, observando a natureza da receita e a legislação setorial vigente:

Regime de Não Cumulatividade: Aplicado às receitas provenientes da venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sob as alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, com o direito ao desconto de créditos sobre insumos permitidos.

Regime Cumulativo: Conforme faculdade legal para agentes integrantes da CCEE, a Companhia adota o regime especial para as receitas decorrentes da liquidação de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP).

19.2. Tributos Retidos e Encargos Sociais

Tributos Retidos na Fonte: Compreendem o IRRF, (PIS/COFINS/CSLL) e ISS retidos de prestadores de serviços, cujos valores são recolhidos no mês subsequente à ocorrência do fato gerador.

Encargos Sociais (INSS e FGTS): Referem-se às obrigações incidentes sobre a remuneração de empregados e administradores, provisionadas pelo regime de competência.

20. CONTAS A PAGAR VINCULADAS À CONCESSÃO

A obrigação refere-se ao encargo pelo Uso do Bem Público (UBP), devido à União em decorrência da outorga para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC, conforme o Contrato de Concessão nº 125/01.

20.1. Premissas de Mensuração: O passivo está registrado pelo seu Valor Presente, calculado com base no fluxo de caixa futuro das parcelas contratuais até o término da concessão (maio e junho de 2040).

Base Contratual: Parcela anual original de R\$ 19.000 mil, atualizada anualmente pela variação do IGP-M (FGV).

Taxa de Desconto: Para a determinação do valor presente, é utilizada a taxa de 11,0% a.a., definida à época da transição para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), refletindo o custo de capital apropriado à natureza da obrigação na data de reconhecimento inicial.

20.2. Mutações do Passivo: A movimentação do saldo durante o exercício de 2025 está sintetizada abaixo:

Variação Monetária: Representa a atualização do saldo nominal pelo índice contratual (IGP-M).

Ajuste a Valor Presente (Descapitalização): Refere-se à apropriação mensal dos juros (encargo financeiro) por meio do método da taxa efetiva, reduzindo o desconto aplicado ao valor nominal conforme o tempo decorre.

Pagamentos: Refletem a liquidação financeira das parcelas mensais (1/12 do valor anual reajustado).

20.3. Cronograma de Vencimentos: O valor nominal total a ser pago até 2040 totaliza R\$ 1.622.858 mil, o qual, trazido a valor presente pela taxa de desconto de 11% a.a., resulta no saldo contábil de R\$ 829.935 mil.

Mutação	
31/12/2024	861.982
Ajuste a valor presente	(32.047)
Variação monetária	108.599
Pagamentos	(108.599)
31/12/2025	829.935

Ano	Valor nominal	Valor presente
2026	111.282	105.213
2027	111.282	94.787
2028	111.282	85.393
2029	111.282	76.931
2030	111.282	69.307
2031	111.282	62.439
2032	111.282	56.251
Após 2032	843.884	279.614
Totais	1.622.858	829.935

21. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2024	58	29	17	-	104
Constituições	575	288	173	-	1.036
Recolhimentos	(525)	(263)	(158)	-	(946)
31/12/2025	108	54	32	-	194

A Companhia está sujeita à obrigação legal de aplicar anualmente 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico, conforme estabelecido pela Lei nº 9.991/00.

21.1. Composição e Destinação: As obrigações de P&D são segregadas entre fundos de desenvolvimento e projetos de execução da própria Companhia, observando-se a seguinte distribuição regulatória:

FNDCT e MME: Recolhimentos mensais destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético): Em atendimento à Lei nº 14.120/21, 30% dos recursos destinados a projetos de P&D e Eficiência Energética (EE) foram redirecionados para a CDE, tal obrigação esteve vigente entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025.

P&D Próprio: Parcela gerida pela Companhia para investimentos em inovação.

21.2. Mutações e Créditos Excedentes: A movimentação do passivo em 31 de dezembro de 2025 reflete a constituição das obrigações mensais pro rata e os respectivos recolhimentos aos órgãos competentes.

O saldo referente ao P&D Próprio encontra-se zerado devido à existência de créditos excedentes oriundos de investimentos realizados em exercícios anteriores (notadamente no projeto de Fonte Solar Flutuante). Estes créditos, conforme facultado pela regulamentação da ANEEL, são compensados mensalmente com as novas obrigações geradas, estando o saldo remanescente do ativo detalhado na Nota 13 (Encargos Setoriais a Compensar).

22. ENCARGOS SETORIAIS A PAGAR

Encargo Setorial	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.583	1.612
		1.583	1.612

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é devida pela Companhia em razão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica, conforme a Lei nº 7.990/1989 e legislação subsequente.

Os recursos são destinados aos Municípios e Estados onde se localizam os reservatórios do CEFSC, bem como a órgãos da administração direta da União. O cálculo baseia-se na energia efetivamente produzida no mês, aplicada a Tarifa Atualizada de Referência (TAR) fixada anualmente pela ANEEL.

23. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Outros passivos circulantes	Saldos em	31/12/2025	31/12/2024
Caução em garantia		417	803
		417	803

Conforme estabelecido nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (CCVEE), a Companhia exige garantias financeiras para mitigar o risco de inadimplência das contrapartes.

O saldo registrado refere-se a garantias recebidas em espécie (caução). A redução observada no exercício decorre da substituição de depósitos em dinheiro por outras modalidades contratuais que não impactam o balanço patrimonial, tais como cartas de fiança bancária e apólices de seguro garantia, ou pelo encerramento de ciclos contratuais específicos.

24. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A Companhia patrocina planos de previdência complementar e assistência à saúde para seus empregados, administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social.

24.1. Plano de Benefício Previdenciário (Plano III): O Plano III é estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV). Conforme os preceitos do CPC 33 (R1), os custos das patrocinadoras são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, paritariamente às contribuições dos participantes.

Avaliação Atuarial: A Administração baseia-se em relatórios preparados por atuários independentes para avaliar a existência de riscos atuariais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a avaliação técnica confirmou que as contribuições pactuadas são suficientes para a cobertura dos compromissos, não remanescendo passivos atuariais líquidos a serem reconhecidos no Balanço Patrimonial da Companhia.

24.2. Plano Assistencial (Prosaúde III): A Companhia oferece assistência médica e odontológica aos empregados ativos e seus dependentes.

Natureza da Obrigação: O modelo de custeio baseia-se em contribuições mensais sobre a folha de pagamento. Diferente de planos de benefício definido, o regulamento do Prosaúde III não prevê o custeio de mensalidades para ex-empregados ou aposentados por parte da Patrocinadora (inexistência de benefício pós-emprego nos moldes do CPC 33).

Ausência de Passivo: Em conformidade com o relatório atuarial independente, a responsabilidade da Elejor encerra-se no ato do desligamento do colaborador. Portanto, não há obrigações atuariais remanescentes ou passivos de longo prazo registrados em 31 de dezembro de 2025.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2024	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	180	-	180
Amortizações	(180)	-	(180)
31/12/2025	-	-	-

Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.

25. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, essencialmente relacionados a desapropriações e questões patrimoniais decorrentes da implantação do Complexo Energético Fundão Santa Clara. O saldo de R\$ 3.285 mil reflete a melhor

estimativa da Administração, baseada em pareceres jurídicos, para a saída de recursos. Não houve movimentação relevante nessas provisões durante o exercício de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos judiciais cujas perdas são classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis, para os quais não há constituição de provisão contábil, conforme detalhado a seguir:

25.1 Provisões para litígios

Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Tipo	Saldo em 31/12/2025	Resultado	Imobilizado e Intangível	Quitação	Saldo em 31/12/2024
		Adições (Reversões)	Adições (Reversões)		
<u>Cíveis</u>					
Desapropriações e patrimoniais	3.285	-	-	-	3.285
	3.285	-	-	-	3.285

25.1 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

Natureza		Provisão p/ Litígios		Passivo Contingente	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Regulatórias					
União	Pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão			9.075	9.075
União	Pedido da nulidade da Portaria MME nº 178/2017.			26.744	26.700
União	Questionamento da metodologia que reduziu a Garantia Física.			16	16
2.Cíveis					
2.1 Desapropriações e Patrimoniais					
	Ação de desapropriação Autos 0000207-28.2004.8.16.0134			2.212	2.212
	Ação de desapropriação Autos 0000555-12.2005.8.16.0134	260	260		
	Ação de desapropriação Autos 0004051-38.2003.8.16.0031	3.025	3.025		
		3.285	3.285	38.047	38.003

26. Obrigações Vinculada a Concessão e Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia		31/12/2024	Amortização do período	Transf.	31/12/2025
Usinas - Ativo Imobilizado em Serviço	Pesquisa e Desenvolvimento				
Estação Solar Eólica 34,5 Kv	Projeto 2945-0004/2013	2.525	(164)	-	2.361
	Projeto 2945-0005/2013				
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 300 KWp	Projeto 2945-0001/2017	6.182	(401)	(31)	5.750
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 100 KWp	Projeto 2945-0001/2017	3.603	(235)	-	3.368
Carreta Rodoviária Fort Car P/ Barcos ate 6 metros	Projeto 2945-0001/2017	-	-	6	6
Barco Alumínio 6 metros Borda Alta Com Capota e Acessorios	Projeto 2945-0001/2017	-	(1)	25	24
		12.310	(801)	-	11.509

As Obrigações Vinculadas à Concessão referem-se a bens e instalações financiados com recursos de encargos setoriais, principalmente do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Estes ativos são integrados ao patrimônio da concessão,

mas sua contrapartida no passivo representa a obrigação de reversão desses bens à União ao final do contrato de concessão.

A Companhia destaca o investimento em fontes renováveis alternativas integradas às UHEs, especificamente a Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante e a Estação Solar Eólica. Tais projetos visam o ganho de eficiência energética e o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor elétrico nacional.

A amortização dessas obrigações é realizada de forma simétrica à depreciação dos respectivos ativos imobilizados, de modo que o efeito líquido no resultado operacional seja nulo, conforme as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 35.503 mil, representado por 60.300.000 ações ordinárias sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

27.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	31/12/2025	31/12/2024
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		5.689	3.593
(-) Cont.Social Lucr.Liq. - Diferida		(512)	(323)
(-) Imposto de Renda - Diferido		(1.422)	(897)
		3.755	2.373

A marcação a mercado das Reduções Certificadas de Emissões (RCE) reflete a cotação desses títulos em mercados secundários internacionais na data do balanço. Os impostos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre esses ganhos não realizados são mantidos no Patrimônio Líquido e serão reclassificados para o resultado do exercício (DRE) apenas no momento da efetiva liquidação financeira (venda) desses ativos.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	01/01/25	01/01/24
	a	a
	31/12/25	31/12/24
Geração	154.291	77.949
Venda de Energia UHEs – Convencional	144.648	72.020
Venda de Energia CGHs – Incentivada	9.643	5.929
Comercialização	15.756	21.832
Energia contabilizada na CCEE	15.756	21.832
Receita Bruta	170.047	99.781
(-) Contribuição para PIS	(2.648)	(1.428)
(-) Contribuição para Cofins	(12.199)	(6.579)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.438)	(829)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	153.762	90.945

A receita da Companhia advém da geração e comercialização de energia elétrica produzida no Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC).

28.1. Natureza das Receitas

Venda de Energia (ACL): Refere-se aos contratos de compra e venda firmados no Ambiente de Contratação Livre. A receita é reconhecida pela entrega da energia, conforme as obrigações de desempenho contratuais.

Energia Contabilizada na CCEE: Reflete as liquidações financeiras no Mercado de Curto Prazo (MCP). Estas receitas (ou despesas) decorrem da valorização, ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), das sobras ou déficits de energia em relação ao lastro contratual da Companhia.

28.2. Deduções da Receita Bruta: As deduções compreendem os tributos incidentes sobre o faturamento e os encargos setoriais obrigatórios:

PIS e COFINS: Apurados conforme os regimes de não cumulatividade (vendas diretas) e regime especial de tributação para a CCEE, detalhados na Nota 19.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): Encargo setorial de 1% sobre a Receita Operacional Líquida (ROL), em conformidade com a Lei nº 9.991/00.

28.3. Dinâmica Operacional e Risco Hidrológico O desempenho da receita é influenciado pela disponibilidade hídrica e pelo Generation Scaling Factor (GSF).

Os custos operacionais compreendem os gastos diretamente vinculados à geração de energia, manutenção das infraestruturas e encargos regulatórios obrigatórios.

29. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	01/01/25	01/01/24
	a	a
	31/12/25	31/12/24
Compra de Energia - MCP / CCEE		(10.586)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos	(9.071)	(7.083)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(1.033)	(985)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(25.371)	(24.833)
Materiais	(664)	(624)
Serviços de Terceiros	(15.773)	(15.396)
Depreciação	(21.019)	(20.783)
Amortização	(11.338)	(11.290)
Seguros	(2.740)	(2.586)
Outros custos	(144)	(143)
	(87.153)	(94.309)

29.1. Composição dos Custos

Encargos de Uso da Rede (TUST/TUSD): Representam o maior custo desembolsável da Companhia, referentes aos contratos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Serviços de Terceiros (O&M): Referem-se substancialmente aos contratos de operação e manutenção das usinas, além de serviços técnicos especializados.

Compensação Financeira (CFURH): Encargo setorial incidente sobre a energia efetivamente produzida, destinado aos entes federativos pelo uso dos recursos hídricos.

Depreciação e Amortização: Refletem o desgaste dos ativos imobilizados e a amortização do ativo de concessão (intangível) ao longo do prazo remanescente do contrato (2040).

30. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	01/01/25	01/01/24
	a	a
	31/12/25	31/12/24
Pessoal	(3.383)	(3.322)
Administradores	(2.075)	(2.331)
Material	(50)	(57)
Serviços de Terceiros	(857)	(1.393)
Depreciação	(237)	(230)
Arrendamento e Aluguéis	(136)	(125)
Seguros	(3)	(2)
Tributos	(236)	(254)
Outras despesas	(379)	(271)
Despesas	(7.356)	(7.985)
Outras Receitas	227	498
Receitas	227	498

Este grupo compreende os gastos administrativos e institucionais necessários para a manutenção da sede administrativa e das atividades corporativas da Companhia, além de receitas acessórias.

30.1. Despesas Administrativas: As despesas são reconhecidas pelo regime de competência e classificadas conforme a sua natureza:

Pessoal e Administradores: Refere-se às remunerações, encargos sociais e benefícios do quadro próprio e da Diretoria Executiva. A variação reflete os reajustes anuais pactuados em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a composição dos órgãos estatutários.

Serviços de Terceiros: Abrange gastos com consultorias jurídicas, auditoria externa, serviços de TI e demais assessorias de apoio à gestão corporativa.

Tributos: Inclui taxas municipais e demais impostos não incidentes sobre o faturamento, como o IPTU da sede e taxas de fiscalização não regulatórias.

Depreciação: Refere-se ao desgaste dos ativos imobilizados de uso administrativo (móveis, utensílios e equipamentos de informática), conforme detalhado na nota de imobilizado.

30.2. Outras Receitas Operacionais: Resultam da alienação de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) que excederam o valor contábil de custo, conforme descrito na Nota 10.

31. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	12.060	13.784
Encargos da concessão - UBP - AVP	49.411	281
Juros e correção de tributos	1.581	320
CCEE Encargos de liquidação	61	17.837
Outras receitas	3	1
Subtotal	63.116	32.223
Despesas financeiras		
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(108.599)	(104.042)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(17.362)	(51.126)
AVP de Arrendamento - Edificações	(42)	(54)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(16)
CCEE Encargos de liquidação	(35)	(1.146)
Juros e correções - P & D		(315)
Subtotal	(126.038)	(156.699)
Resultado Financeiro Líquido	(62.922)	(124.476)

O resultado financeiro reflete o custo das obrigações de longo prazo e a remuneração das disponibilidades da Companhia, sendo composto conforme segue:

31.1. Receitas Financeiras

Rendas de Aplicações Financeiras: Referem-se aos rendimentos auferidos sobre as disponibilidades e investimentos de curto prazo, remunerados substancialmente por taxas baseadas na variação do CDI.

Encargos da Concessão (Ganho em AVP): Reflete a variação positiva no Ajuste a Valor Presente do saldo devedor do Uso do Bem Público (UBP), decorrente do efeito da descapitalização do passivo frente às premissas de taxa de desconto e prazos remanescentes.

Juros e Correção de Tributos: Referem-se à atualização monetária (Selic) sobre os saldos de tributos compensáveis.

31.2. Despesas Financeiras

Correção IGP-M (UBP): Representa a atualização monetária nominal do saldo devedor da outorga, conforme indexador contratual estabelecido no Contrato de Concessão nº 125/01.

Encargos da Concessão (Despesa de AVP): Corresponde à apropriação dos juros (encargo financeiro) incidentes sobre o valor presente da obrigação pelo método da taxa efetiva.

Encargos CCEE: Referem-se aos encargos de mora ou financeiros incidentes sobre o fluxo de liquidação na CCEE, quando aplicáveis.

31.3. Dinâmica do UBP: O resultado financeiro é primordialmente impactado pela gestão do passivo vinculado à concessão. A melhora no resultado líquido em 2025, comparado ao exercício anterior, decorre da combinação entre a variação do índice de preços (IGP-M) e o efeito matemático do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre o montante remanescente da outorga, conforme detalhado na Nota 20.

32. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de gestão da Companhia é fundamentado nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas (accountability), visando a sustentabilidade do negócio e o alinhamento de interesses com seus acionistas e demais stakeholders.

32.1. Estrutura Administrativa: A governança da Elejor é estruturada para assegurar a segregação de funções e a clareza nas atribuições de seus órgãos estatutários, conforme o Estatuto Social atualizado em 07 de novembro de 2024:

Conselho de Administração: Órgão colegiado de deliberação superior, composto por 5 membros. É responsável pela fixação das diretrizes estratégicas,

monitoramento da execução das políticas de negócio e supervisão da gestão da Diretoria.

Diretoria Executiva: Composta por 2 membros, possui atribuições de representação legal e execução das atividades operacionais e administrativas, em estrita observância às diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

32.2. Compromissos e Sustentabilidade: A estratégia corporativa integra a viabilidade econômica com a responsabilidade socioambiental. Destacam-se as iniciativas de fomento à inovação tecnológica via Projetos de P&D (Nota 13) e a gestão de ativos ambientais através do mercado de Créditos de Carbono (Nota 10). A Companhia busca o aprimoramento contínuo de seus controles internos e o cumprimento das normas regulatórias do setor elétrico, reafirmando seu compromisso com a geração de energia renovável e a mitigação de impactos ambientais.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são os seguintes:

	NE	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	21	21	19	19
Aplicações financeiras	5	79.761	79.761	96.260	96.260
Custo Amortizado					
Clientes	6	16.666	16.666	10.752	10.752
Valor Justo do Resultado Abrangente					
Créditos de Carbono - RCEs	10	5.303	5.303	3.207	3.207
Total dos ativos financeiros		101.751	101.751	110.238	110.238

	NE	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Fornecedores	18	4.708	4.708	3.857	3.857
Contas a pagar vinculadas à concessão	20	829.935	829.935	861.982	861.982
Total dos passivos financeiros		834.643	834.643	865.839	865.839

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial aproximam-se de seus valores de mercado (valor justo) devido às suas condições contratuais, prazos de vencimento e à aplicação da metodologia de ajuste a valor presente para os passivos de longo prazo.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Repactuação do Uso de Bem Público (UBP) – Lei nº 15.235/2025:

Em 8 de outubro de 2025, foi promulgada a Lei nº 15.235/2025 (proveniente da MP 1.300/2025), que autoriza a repactuação das parcelas vincendas de UBP. A Elejor

enquadra-se entre as concessionárias elegíveis, dado que suas outorgas foram baseadas no critério de maior pagamento pelo uso do bem público.

34.2 Evolução Regulatória e Consulta Pública 045/2025:

Em dezembro de 2025, a ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 045/2025 (vigente até 08/01/2026), com o objetivo de refinar a metodologia de cálculo do saldo de UBP. O processo visa a conversão dessa obrigação original em encargos destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com foco na modicidade tarifária regional.

34.3 Impacto Estratégico e Cronograma:

A área técnica do órgão regulador estima uma arrecadação global de R\$ 8,8 bilhões com a medida. A Administração da Elejor acompanha a deliberação final da ANEEL para definir a conveniência e os termos da adesão ao termo aditivo.

34.4 Efeito Contábil:

Conforme o CPC 24, por ser um evento ocorrido após o período de reporte que introduz nova condição legal e regulatória, não houve impacto nos saldos encerrados em 31 de dezembro de 2025. Os efeitos da eventual redução do passivo de UBP (atualmente avaliado em R\$ 829,9 milhões) serão reconhecidos após a formalização da adesão e homologação dos cálculos pela ANEEL.

34.5. Reforma Tributária – Lei Complementar nº 214/2025

Em 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Natureza e Período de Transição: A nova legislação introduz o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, que substituirá gradualmente, a partir de 2026, os atuais tributos (PIS, COFINS, ICMS e ISS). O período de transição estender-se-á pelos próximos anos, com a substituição integral do modelo atual prevista para 2033.

Impactos Monitorados pela Companhia: A Administração está em fase de avaliação dos impactos da reforma em suas operações, com foco nos seguintes pontos:

Neutralidade Tributária: Análise da manutenção do princípio da não cumulatividade plena, que permitirá o aproveitamento de créditos sobre todas as aquisições de bens e serviços vinculados à atividade de geração de energia.

Regimes Especiais e Alíquotas: Avaliação de como as novas alíquotas de IBS e CBS impactarão a carga tributária efetiva em comparação ao regime especial de PIS e COFINS atualmente aplicado às liquidações na CCEE (Nota 14).

Contratos de Longo Prazo: Monitoramento das cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de venda de energia (ACL) e encargos de uso da rede, frente à alteração da sistemática tributária.

Em 31 de dezembro de 2025, não é possível estimar com precisão os efeitos quantitativos da reforma nas demonstrações financeiras futuras, dado que as alíquotas definitivas e normas específicas de transição ainda dependem de atos regulamentares complementares. Contudo, a Companhia não vislumbra riscos à sua continuidade operacional em decorrência destas mudanças.

NESTOR
BAPTISTA:07214308991
7214308991

Assinado de forma
digital por NESTOR
BAPTISTA:07214308991
Dados: 2026.01.23
16:55:42 -03'00'

Nestor Baptista
Diretor Presidente



Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO
SOUZA
RIBEIRO:23616652987
987

Assinado de forma digital
por FERNANDO SOUZA
RIBEIRO:23616652987
Dados: 2026.01.23
17:05:01 -03'00'

Fernando Souza Ribeiro
Contador
CRC PR 024544/O-3